



**3ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na modalidade não presencial conforme Del.CRH Ad. Referendum N° 236 de 18/05/20.**

Ao vigésimo oitavo dia do mês agosto de 2024, por meio de videoconferência, foi realizada a 3ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH-SMG, registrando-se a participação de 23 (vinte e três) instituições, entre representantes dos municípios, das organizações civis, do Estado de São Paulo e convidados, conforme “Relação dos Membros do Plenário – Presentes” acima. **1. Abertura. Confirmado o quórum, deu-se início a Reunião.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-SMG por meio de mensagem eletrônica em 16/08/2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Presidente, que cumprimentou a todos. Iniciou os trabalhos lendo a pauta da reunião. **2. Discussão e aprovação da minuta da ata da 2ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH-SMG.** O Presidente relatou se tratar de minuta da ata da última reunião plenária, realizada no município de Franca/SP, e questionou aos membros sobre a necessidade de sua leitura. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e não havendo manifestações, submeteu a minuta de ata à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3. Informações da Secretaria Executiva:** O Secr.Exec.Adjunto agradeceu a presença de todos, explicou a importância desta reunião para estar cumprindo os protocolos de indicação de projetos FEHIDRO, a última data para indicar dos projetos neste 2º Pleito será até dia: 31/08/2024, por este motivo se fez a agilidade na organização desta reunião, com a importância de indicação desses projetos. Solicitou ao presidente deste comitê para ser incluído na pauta se todos os membros presentes estiverem de acordo, mais uma deliberação que para a manifestação do comitê no processo de licenciamento, a câmara de planejamento já avaliou este documento, a manifestação, a câmara técnica analisa este documento e elabora um parecer técnico e com este parecer o comitê realiza esta indicação, e se possível realizar a inclusão desta segunda deliberação que seria a de nº: 353/24. O presidente colocou para análise da reunião plenária a proposta de inclusão na pauta da deliberação nº: 353/24 em votação e não havendo desacordo, será considerada aprovada e a inclusão na pauta, agradeceu a todos e foi realizada a inclusão desta deliberação na pauta. **4. Assuntos a Deliberar. 4.1. Minuta de Deliberação CBH-SMG nº 352/24 – “Indica empreendimentos aprovados no âmbito do CBH-SMG para recebimento dos recursos financeiros do FEHIDRO – Fundo Estaval de Recursos Hídricos referentes ao orçamento do exercício de 2024 e dá outras providências”.** O Secr.Exec.Adjunto apresentou o conteúdo desta Minuta mencionando que o principal objetivo desta reunião é a indicação dos empreendimentos do 2º Pleito do FEHIDRO, foi levado em consideração o Plano de Aplicação, que trata do planejamento anual de ações a serem financiadas, e a Deliberação nº: 351/24 que aprovou os critérios, diretrizes e procedimentos de solicitação dos recursos para o 2º Pleito e a Deliberação nº: 348/24 que foi realizada uma revisão do Plano de Ação e Programa de Investimentos, rapidamente falou sobre histórico de avaliação dos projetos, o 2º Pleito ficou aberto até o dia: 26 ou 28/06/2024, na sequência a secretaria executiva avaliou parte de documentação dos empreendimentos, foram recebidas 08 (oito) propostas que foram: 1ª) P.M. Nuporanga: Fase da Implantação das Ações do Plano Diretor de Combate a Perdas de Água; 2ª) P.M. Nuporanga: Execução da Limpeza da Lagoa Anaeróbica da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto de Nuporanga; 3ª) Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo: Estudo/ Diagnóstico Ambiental das Nascentes, por Sub-Bacias na UGRHI-08; 4ª) P.M. Restinga: Estudo de Monitoramento de Água Subterrânea do Cemitério de Restinga; 5ª) Departamento de Esgoto e Água de Guaíra: Elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento de Guaíra/SP; 6ª) Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava: Aquisição e Instalação de Macromedidores para Controle de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Ituverava; 7ª) Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava: Serviço de Remoção, Desaguamento e Acondicionamento do Lodo das Lagoas da ETE de Ituverava – ETAPA02; 8ª) P.M. São Joaquim da Barra: Fase 3 – Ações de Combate às Perdas de Água. A secretaria fez avaliação em termo de documentos, encaminhou ao GT-Projetos, este grupo se reuniu por 2 (duas) vezes para análise dos documentos e elaborou um segundo parecer que foi encaminhado para a Câmara Técnica de Planejamento, que depois se reuniram para realizarem a sua análise. Das avaliações caberá mencionar que os protocolos 1 (um), 3 (três) e 4 (quatro) com o encaminhamento do GT e Câmara foram desclassificados, motivos: 1 (um) – não apresentou do Termo de Referência documento obrigatório, 4 (quatro) – anos atrás tiveram projetos de áreas de contaminação e estava vinculado a aterro sanitário, e para esses próximos 4 (quatro) anos não foi inserido este tema no Plano de Ação e Investimentos embora ele seja um tema que próximo a isso já tenha sido financiado, aqui trata-se de uma área específica que o cemitério do município, esse projeto já foi apresentado anteriormente também caiu nesta situação que de não estar previsto no Plano de Ação e Investimentos e a sugestão seria que fosse consultada a CETESB para ver a situação desse tipo de área potencialmente contaminada, que são cemitérios para identificar se de fato existe problema que pode ser contemplado com o financiamento do comitê pelos próximos anos, se for um problema recorrente de outros municípios, a sugestão seria incluir nos próximos anos que haja uma demanda de outros locais, de outros municípios também, sempre tentamos incluir no Plano de Investimentos em função dos recursos projetos que tenha uma recorrência maior, que é um problema que acaba acontecendo em mais de um local, então seria essa a sugestão de encaminhamento para este projeto em específico. O 3 projeto acima já discriminado, ele é um projeto que está propondo ações de fiscalização na Bacia do Canoas em Franca, propõe como produto final um estudo, um diagnóstico, o projeto é uma proposta de realizar uma fiscalização com drone com a presença da polícia nesses locais, lembrando que a Bacia do Canoas é o principal manancial da região e consta neste projeto ainda a aquisição de um veículo para realização dessas atividades, a princípio essa proposta, este tipo de ação não está previsto no nosso programa de ações e investimentos, entretanto ele é previsto no MPO, pode ser realizado fiscalizações, a



**3ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na modalidade não presencial conforme Del.CRH Ad. Referendum N° 236 de 18/05/20.**

condicionante do MPO é que existe um programa ou uma parceria entre estado e instituição, município e  
65 instituição, estado e município e a instituição fiscalizadora, para que ela desempenhe essas funções, então a  
sugestão de encaminhamento que é proposta pela CT-PLAN é que se discuta, exista uma reunião entre a polícia,  
a prefeitura e o comitê para se organizar um programa de ações mais amplo, que defina a parceria e que formalize  
essa parceria, defina o papel de cada ator principal no caso o município, a polícia e o comitê como parte interessada  
70 e eventualmente financiando uma parte do projeto, e desde que tenha este acordo seria possível incluir no próximo  
ano, já que se trata de uma área importante aqui para a UGRI, é uma área que tem bastante conflito de uso, tendo  
muito uso irregular, está sendo intensificado nos últimos anos, já se tem muita gente envolvida, o CONDEMA de  
Franca, Ministério Público, a própria Polícia, a Prefeitura que também tem tido essas ações, diante disso nesse  
momento não seria possível indicar esse empreendimento, mas que isso seja discutido e incluindo nos próximos a  
75 partir do próximo ano, com possibilidade de financiamento, sendo assim, exclui esses 3(três) projetos da lista de  
indicação até então, foram solicitadas complementações, a câmara técnica avaliou, tem que ser mencionado aqui  
que o projeto do Departamento de Esgoto e Água de Guaíra, a câmara técnica solicitou complementações que  
implicava possivelmente em uma mudança do Termo de Referência e eventualmente na mudança de custos do  
projeto e isso acabou de fato acontecendo e eles encaminharam a nova proposta que tem uma pré aprovação por  
80 assim dizer da Câmara de Planejamento que entende que foi solicitado aumentaria os gastos, e essa proposta está  
que o pleito deles aqui que passa de R\$ 200.000,00 para R\$ 304.000,00, a contrapartida aumenta e fica um projeto  
que o valor total fica um pouco a maior. Esse projeto em específico é de elaboração do plano diretor municipal de  
saneamento, a sugestão da câmara encaminhou para que ele siga o modelo que é estabelecido pela FUNASA,  
que tem vários itens lá e espera que fique um projeto bem completo que finaliza até com uma proposta de projeto  
85 de lei para aprovação de documento pela prefeitura, o comitê não deslumbra a aprovação como uma condicionante  
mas sim um documento que a prefeitura e a câmara de vereadores discuta e possa aprovar o conteúdo desse  
material. Em termos de disponibilidade de valores iniciou o ano com R\$ 4.900.000,00 da cobrança e R\$  
1.700.000,00 da compensação, no 1º Pleito indicamos R\$ 194.000,00 da cobrança, ficando um saldo para o 2º  
Pleito de R\$ 4.700.000,00, essas propostas que estão encaminhadas elas tem um custo total de R\$ 1.333.000,00  
90 ficando um saldo para o próximo ano de R\$ 3.300.000,00, da compensação financeira da disponibilidade de quase  
R\$ 1.200.000,00, descontado já os projetos que foram indicados no 1º Pleito, sendo assim ficando um valor de  
quase R\$ 1.300.000,00 e sobrou R\$ 1.200.000,00 em termos de projetos. Este é o cenário das 8 (oito) propostas,  
então 3 (três) uma ficou por falta de documento, as outras duas para o comitê discutir e eventualmente incluir no  
plano de ação já no final deste ano para ser financiadas essas ações a partir do próximo ano. O presidente colocou  
essa deliberação em discussão e o representante da Fundação Florestal fez uma complementação sobre o projeto  
95 da Polícia Militar Ambiental de Franca junto com o comitê, seria interessante ter o apoio da polícia para termos a  
fiscalização, não somente na questão de nascente, mas muita a questão das outorgas, porque presenciamos muita  
perfuração de poços e grande maioria deles não tem outorga, sabemos que a fiscalização pelo DAEE é mais  
complicada porque não temos braço, portanto seria muito interessante ter o apoio da polícia ambiental para ajudar  
nessas fiscalizações nesta parte de outorga, vê muito ai poços sendo perfurados e não tem outorga, não sabemos  
100 de fato o quanto está sendo capitado, ver se conseguimos ter o apoio da polícia pelo comitê. O representante da  
Uni-Facef reforçou a questão que o representante da Fundação Florestal colocou dizendo que quanto mais rápido  
se fizer a identificação, ver como estão as nascentes na bacia, vamos lembrar que o município contratou aquele  
Plano de Gestão Integrada da Bacia do Rio Canoas, isso deve agora no período eleitoral não avançar, mas isso  
logo irá se transformar em um projeto de lei que irá definir as ocupações da bacia e quanto mais cedo tivermos a  
105 identificado essas questões das nascentes, enfim extrações de água na bacia, seria relevante para inclusive na  
questão da lei municipal que provavelmente no próximo ano entre em pauta. O representante da S.O.S. Sapucaí  
Mirim mencionou que indo por esta linha em que o representante da Uni-Facef estava apresentando embora o Bacia  
do Canoas é uma lei municipal, precisamos lembrar que o município tem que realizar um convênio com a polícia  
florestal para poder tornar mais eficiente essas ações da polícia florestal, a guarda municipal de Franca ela dá  
110 contribuição atualmente de realizar esta fiscalização também, como temos uma região que a bacia ela está a nível  
de gestão municipal que é a Bacia do Canoas referente ao manancial que abastece Franca, que a matriz que abastece  
Franca e que será por muito e muito anos, mesmo que está sendo realizado este complemento que é puxando a  
água da Bacia do Sapucaí Mirim, temos considerar que vamos juntos, comitê atendendo o município, o município  
fazendo o convênio e vice-versa, seria interessante a P.M. de Franca apresentar um projeto de recomposição da  
115 mata ciliar do Rio Canoas, porque todas as ferramentas de políticas públicas, nós estamos fazendo, poderia também  
a prefeitura aproveitar essa contrapartida e ter disponibilidade financeira do comitê e se tomadora de 6 ou 7  
hectares da Bacia do Canoas em pontos estratégicos aonde está degradado, essa seria e minha colocação como  
um alerta ou uma atenção especial do município de Franca em relação a gestão que o comitê de bacia vem  
realizando em proteção do manancial que abastece a própria cidade de Franca. O presidente cumprimentou a  
120 representante da Fafram que é a Vice Presidente deste comitê e a representante do DAEE que é a Secr. Executiva  
que estão presencialmente presentes na secretária deste comitê, após questiona a todos os membros presentes na  
reunião se a representante da P.M. de Franca está presente a mesma manifestação via chat que estava sem  
microfone e o presidente deu as boas vindas a ela e mencionou que estava a disposição para dar andamento a esse



**3ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na modalidade não presencial conforme Del.CRH Ad. Referendum N° 236 de 18/05/20.**

125

130

135

140

145

150

155

160

165

170

175

180

185

debate que foi mencionado pelos representantes da Fundação Florestal, Uni-Facef, S.O.S. Sapucaí Mirim, agradeceu pela contribuição de todos, e mencionou que permanecem em discussão para levar este tema adiante, questionou se teria alguém mais para se debater o assunto, o secretário executivo adjunto manifestou que a representante da P.M. de Franca, participou nas reuniões do GT- Projetos que analisou as propostas e essa discussão iniciou neste grupo e ela já antecipou este assunto para o Secretário do Meio Ambiente e ele também tem um pré entendimento quanto a importância e manifestou favorável a realizar esta conversa mesmo e estabelecer este convênio técnico, essa cooperação e tentar implementar isso e uma das ações que está prevista no estudo que foi realizado pela prefeitura, já foi passado pelo COMDEMA, é um estudo que foi realizado pela UFSCar de São Carlos e consta ações de fiscalização, sobre o projeto de reflorestamento se fala sempre na reunião plenária e só lembrar que a partir deste ano iniciou a cobrança pelo uso da água a nível federal, já estão sendo cobrados os usuários dos recursos hídricos dos rios de domínio da União e este recurso será revertido para ações a partir do próximo ano e fora deste recurso temos o recurso de Furnas Centrais Elétricas que é especificamente para reflorestamento, fala algo em torno de R\$ 200.000,00 por ano, então quem tiver projetos com certeza vai estar um passo a frente para captação desses recursos que vão ser aplicados aqui na Bacia do Rio Grande, em nossa região, temos áreas importantes para reflorestamento, o que importa é termos os projetos, o comitê inclusive pode apoiar na elaboração desses projetos financiando, mas como todos sabem existe um pouco de demora nos projetos FEHIDRO, então é somente uma recomendação e uma sugestão para que divulguemos esta informação para que estejamos preparados para disponibilidades de recursos que dinheiro para isso vai ter para os próximos anos. O representante da Uni-Facef lembrou agora que a Sabesp está privatizada é uma oportunidade que eventualmente o município solicitar recursos para a nova empresa que gere a Sabesp, os novos acionistas um projeto deste tipo que interessa a todos. O representante do Sindicato Rural de Batatais em cima do assunto FEHIDRO e que a Sabesp foi privatizada, atualmente em nosso município em Batatais está havendo uma aferição de toda a malha do sistema de água, rede de água, entroncamento, vazamento, alguém tem conhecimento de alguma cidade, porque neste município estamos realizando isto para ver se privatiza, se faz parceria, ou se mantém a cidade tocando a água aqui, alguém teria conhecimento de alguma cidade que tenha feito isso? Faz uma pergunta para o Secr.Exec.Adj. se Batatais está com algum projeto no FEHIDRO, se este projeto que foi citado acima é está sendo realizado com a verba do FEHIDRO? O Secr.Exec.Adj. respondeu que tem um projeto Plano Diretor de Saneamento do Município e tem mais um projeto que no momento não lembro qual é, mas tem sim projetos em andamento, vou confirmar o status deles aqui e tão logo lhe retorno. O representante da Uni-Facef solicitou para o representante do Sindicato Rural de Batatais sobre o que foi citado acima sobre o município de Batatais, para entrar em contato com o pessoal da Sabesp de Franca, eles tem a visão tanto do saneamento antes da privatização como depois e o mecanismo para decisão na parte de deles, que tipo de estudo é melhor realizar para ver a melhor decisão a se tomar, valeria a pena conversar com o pessoal que eles tem bastante experiência nisso. O representante da S.O.S. Sapucaí Mirim falou sobre a privatização da Sabesp citada acima pelo representante da Uni-Facef, a nível de comitê há 2 (dois) anos vem sendo discutindo e já transpôs isso para a universidade e a universidade fez o papel dela, foi acompanhado e orientado por ele, temos o levantamento da Bacia do Canoas sobre a referência de pagamentos de serviços ambientais, foi uma dissertação de mestrado, onde teve o papel importante da orientanda e da banca, foram realizados os retoques finais que foram necessárias para que tornasse uma dissertação culta e virar artigo e neste trabalho que foi realizado, foi passado ao comitê, a prefeitura, câmara municipal, promotor, não tem como ignorar que a Bacia do Canoas não tem um trabalho de avaliação de pagamentos de serviços ambientais, tem até os cálculos de quanto deveria ser pago, lógico tem a mudança do projeto de lei, na discussão da câmara, etc e aproveitando a privatização da Sabesp, nada mais justo do que pedir para esta empresa a fazer parte desses pagamentos de serviços ambientais, o que está acontecendo, os produtores rurais estão realizando o serviço que não deveriam ser realizados por eles que são: a proteção dos recursos hídricos, fazer as matas ciliares e a nossa bacia estaria protegidas e a maioria dos 90% dos agricultores, procuram cumprir que a lei 12.651 reconheça e vários aspectos ai encaixa os pagamentos de serviços ambientais, que nós já temos tudo calculado, área territorial, área que tem que ser recuperada, área que já tem a cobertura vegetal de app, de reserva legal e remanescente, etc e o que falta agora é nós tocar isso para frente para o executivo, municipal de Franca encaminhar esse projeto de lei para câmara para ver se é aprovado, se irá entrar em parceria com a prefeitura, como fez em Extrema em outras cidades como em Botucatu, então estamos na vanguarda, estamos bem adiantados em termos que o comitê compartilhou neste tempo todo e nos ofereceu, o que a Unesp favoreceu, a nós como ator de todo desenvolvimento desde quando foi criada a lei de proteção do Canos, a lei Vanzo 1992, estamos aqui lutando e vamos ver esses finalmente felizes. Existe um trabalho paralelo, um trabalho voluntário que quer o pro, nós temos calculado um projeto para pagamentos de serviços ambientais da Bacia do Canoas no município de Franca. O presidente colocou essa deliberação em discussão e questionou ao Secr.Exec.Adj. se era 3 (três) projetos indicados, no Anexo I e II, dizendo então que são 5 (cinco) projetos aprovados e indicados para aprovação, são 3 (três) projetos indicados com o recurso FEHIDRO Cobrança e 2 (dois) projetos indicados com o recurso FEHIDRO CFURH, o Secr.Exec.Adj. mencionou então que seria os projetos da P.M. Nuporanga, Departamento de Esgoto e Água de Guaíra com a ressalva da correção de valores que precisa ser revisado, a questão também para ser votada junta, alterando este valor com o pré aceite da CT-Plan, pois sabia que este valor poderia mudar e Serviço



**3ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na modalidade não presencial conforme Del.CRH Ad. Referendum N° 236 de 18/05/20.**

Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava e os outros 2 (dois) da Compensação Financeira são do Combate a Perdas sendo um do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ituverava e o outro da P.M. de São Joaquim da Barra, seria então esses 5 (cinco) projetos. O presidente mencionou se não tiver mais alguma manifestação poderia ser realizar o encaminhado do Departamento de Esgoto e Água de Guaiara o projeto “Elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento de Guaiara/SP” o valor apresentado no Anexo I é de R\$ 200.000,00 do Fehidro e a contra partida de R\$ 189.547,50, passaria para o valor Fehidro de R\$ 304.036,99 e a contrapartida soberia para R\$ 202.691,00, estando clara essa sugestão de alteração, submeteu a minuta de deliberação à votação, a qual foi aprovada por unanimidade; **4.2. Minuta de Deliberação CBH-SMG n° 353/24 “Manifestação do CBH-SMG referente ao projeto de implantação do Empreendimento Loteamento Residenciais e Comerciais da Fazenda São João da empresa Zanetti Empreendimentos Imobiliários Ltda”**. O Secr.Exec.Adj. apresentou o conteúdo desta Minuta informou que esta manifestação do comitê ela está relacionada a resolução SMA n° 54/2008 que trata basicamente, em alguns processos de licenciamento especialmente aqueles que são em primeiro momento que é o caso aqui do bairro em Franca para quem conhece o Zanetti, quando ele é um projeto que ainda ocupa uma área pequena ou é em uma única propriedade, ela é analisada exclusivamente pela CETESB, quando ele vai se ampliando Zanetti I, II ou III ou até mais, uma área bem maior do que é hoje, dentro da mesma propriedade a CETESB entende que precisa realizar um estudo mais complexo em função da ampliação do impacto daquela mesma região, ele se torna um empreendimento de maior porte e por isso demandaria o licenciamento e nesses casos a CETESB solicita a manifestação do comitê conforme a resolução SMA n° 54/2008, o que esta resolução também menciona é que comitê tem que avaliar esse documento no caso o EIA/RIMA, baseado no seu plano de bacia e as suas áreas prioritárias, o que se tem de áreas importantes de proteção, conservação ou de algum tipo de projeto em específico o comitê entenda se o impacto confronta o que está previsto no planejamento do comitê em seu Plano de Bacia por exemplo ou alguma área que acaba sofrendo consequências ai, na verdade áreas que deveriam ser preservadas, então o comitê tem um procedimento que é encaminhar esta proposta para a CT-Plan e ela se reuniu e realizou um parecer técnico CT-Plan n°: 03/24, o que foi observado pelo grupo que avaliou é uma área que não impacta no curso d’água que está para o comitê previsto no plano, como uma área que mereça algum tipo de tratamento especial ou algum tipo de ação preventiva, ou se trata por exemplo de um manancial que não aqui o caso, é uma área de aflutente do Sapucaizinho que salvo engano ele vai para a cidade de Patrocínio Paulista, o que foi observado na foto apresentada que é uma área com declividade mais acentuada que demandaria ações que preve que o dispositivo adequados tecnicamente para prevenção e controle de erosão por se tratar de Franca que é uma cidade que tem um alta probabilidade de erosão, basicamente a recomendação que a câmara fez que seria um projeto que a CETESB avalie em detalhamento e atenção em relação ao escoamento de água fluvial e sempre que possível esteja a critério da própria CETESB que é o maior responsável nesse processo de análise do projeto de empreendimento, avaliar essas questões de impacto erosivo nessa bacia, a parti disso mais nenhuma outra recomendação justamente por não ser uma área de app que tenha algum destaque, é uma área urbana, é uma área de expansão urbana e são esses cuidados mais de praxe. O Secr.Exec.Adj. abre a palavra para algum membro presente nesta reunião que participou da reunião da CT-Plan e com a palavra o representante da S.O.S. Sapucaí Mirim mencionou que tudo que foi discutido nesta câmara técnica endossa tudo, então estando aqui nesta plenária quero deixar registrado que o córrego do Cubatão, que é o tributário do Rio Sapucaizinho, que é tributário do Santa Bárbara que chega no Sapucaí Mirim, o que acontece que essa drenagem conforme o Secr.Exec.Adj. mencionou o talvez é muito acentuado e até o processo erosivo não é tanto, porque é uma formação estrutural, a maioria embaixo é tudo rocha florante, então nós temos essa dessecação topográfica do relevo interessante porque nós temos essa proteção natural das rochas vulcânicas, porém essa impermeabilização dessa bacia em relação ao território de Franca, ela não compromete em nada porém quando entra no município de Patrocínio Paulista o caus é total, nenhuma ponte mais está parando lá com essa impermeabilização da cabeceira do corgo do afluente do Cubatão o volume de água tão instantâneo do poço de concentração que todas as pontes jusantes, estão sendo rodadas, empurradas, agora vão ter que entrar com a política municipal de Patrocínio Paulista, porque agora tem 2 ou 3 pontes para serem feitas porque foram levadas com as enchentes anteriores, porque o talvez é tão bem formado que não tem zona de expansão dessa água, ela concentra bate nas pontes e arreventa tudo, só sobraram as pontes que são de concreto, as demais todas foram estouradas, então com essa impermeabilização consequentemente o ponto de concentração, as primeiras passagens que tem de nível pontes ajusantes vão ter esses transtornos consequentemente, então precisamos avaliar de uma maneira que não sabemos como poderia ser feito aqui se a CETESB está presente, não está escrito mas estou lembrando, que todos os empreendimentos impermeabilizados aqui trás uma consequencia de danos materiais significativo nas passagens de niveis de pontes, etc, então tem que ser considerado isso da próxima vez, os estudos de impacto ambiental das águas puliares, os estragos é frenar e acompanhar até em baixo onde estão os danos, são severos e a única vantagem é que não tem rocha, não tem solo de superfície totalmente arenoso, nós estamos em cima de alto estrutural de rocha estrutural de rocha vulcânica que é o basalto. Tem que ter uma compensação financeira na construção de alguma ponte dessa, já estorou 3 a prefeitura não está tendo recurso mais para fazer ponte, tem que avaliar, já na área de Patrocio Paulista, não é no território francano, porque todo esse talvez, toda essa conformação topográfica de talvez bem defenido, bem profundo que vai na rocha, ela consequentemente não vai trazer processo erosivo, porque a



**3ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na modalidade não presencial conforme Del.CRH Ad. Referendum N° 236 de 18/05/20.**

250 água vai decipir em toda essa rocha, mas o volume estantâneo é tão grande que o ponto de concentração onde tem  
as travessias antigas quando não era impermeabilizado era tudo permeável, agora não segura mais, ponto de  
concentração lá, não sei se dimensionaram, tem que dimensionar ponte para 100 anos, se alguém fez aquelas pontes  
para 10 anos, tempo de retorno 20 anos, 50 anos, já furarão tudo, então para quem faz loteamento para lançamento  
será uma maravilha, o processo erosivo no local não vai ter, mas ajusantes para terceiro vai ter de maneira  
255 significativa, deveria acrescentar isso ai. A representante da Uni-Facef mencionou que loteamento aqui na cidade  
de Franca vem exigindo diretriz a detenção do excedente de água a partir da impermeabilização da área, então  
faz um estudo hidrológico identificando qual que é a contribuição atual da área e depois faz um reservatório para  
reter o excedente referente a impermeabilização, então de toda forma isso geralmente deve fazer parte desses  
estudos para não contribuir negativamente para as próximas pontes, as pontes geralmente pelo ao menos dentro  
260 das literaturas, indicam quais os períodos de retorno e os 100 anos já é normal, concordou com a apresentação do  
representante da S.O.S. Sapucaí Mirim, dizendo que talvez tenha que se ampliar o período de retorno para algumas  
pontes por conta da mancha urbana que vem crescendo e realmente essa é a preocupação com a ajusante porque  
ela é importante, sobre o processo erosivo mencionou que ela não conhece de solo, mas até na reunião anterior  
porque lá tem mais ou menos umas 4 cachoeiras naquele córrego dentro daquela área toda e tem uma bem grande  
265 lá bem acentuada e o solo de Franca geralmente é bem erosivo, mas essas questões devem ser levantadas sim e se  
já não estiver incluso, deve estar, porque apesar de saber de quem trabalha no loteamento sabe que tem das  
diretrizes de drenagem todo empreendimento que vai impermeabilizar, ele tem que no seu estudo hidrológico reter  
a água para não contribuir negativamente no ajusante, ou seja, tem situações em que o projetista inclusive melhora  
a situação quando é caso problema, o Franca Gardem é um loteamento só que com prédios da MRV, que  
270 impermeabilizou uma área muito grande atrás do Agêbe e as bacias de retenção que foram projetadas lá, elas retem  
mais do que a área que contribuía antes da impermeabilização, então no final das contas passou a contribuir menos  
em vazão de jusante do que quando contribuía quando era área de natural, é possível sim utilizar de artifícios para  
evitar esse tipo ampliação, então se for já levantado problemas nas pontes das jusantes talvez inserir um a mais  
que ali as retenções sejam assim de forma a ser a mais do que o que contribuiu hoje naturalmente, se já é problema  
275 e se vai impermeabilizar então tem que reter mais do que o quanto que vai impermeabilizar, não só o quanto vai  
impermeabilizar mas sempre a mais. O presidente questionou ao Secr.Exec.Adj. sobre as manifestações do  
representante da S.O.S. Sapucaí Mirim está propondo é alterar o parecer, o mesmo respondeu que seria no caso  
somente acrescentar, no caso o parecer irá como anexo da deliberação, então podemos colocar os anexos e as  
recomendações em si, repetir as recomendações do parecer e incluir essa sugestão que o representante da S.O.S.  
280 Sapucaí Mirim colocou e o parecer continua como o anexo II ou mesmo ainda no anexo normalmente, mas é  
destacado quais são as recomendações do comitê para não ter que alterar o parecer que já veio da câmara técnica,  
mas podemos incluir aqui sim, parecer é favorável, não interrompe nada o processo, só tem que ser colocado um  
aditivo do estudo melhor das águas. O presidente questionou então que será colocado em votação a esta deliberação  
e o parecer técnico vai sofrer um aditivo, correto mas sem alterar o parecer, só incluir na deliberação mesmo no  
285 seu anexo as recomendações. A representante da Uni-Facef mencionou que em seu posicionamento sobre esta  
deliberação deu se a entender que ela seria contra ao posicionamento do representante da S.O.S. Sapucaí Mirim,  
mas é porque, é muito mais ampla a discussão, porque a bacia do Galo Branco ela já foi impermeabilizadas com  
problemas, então não se tinha muito a se fazer, só um empreendimento tomando essa atitude de reter mais, não  
resolve o problema, lá foi realizado um estudo em 1.987 inclusive é um posicionamento dela em relação a esses  
290 estudos que ela faz, contrata da Usp, contrata de pesquisas boas e que não são totalmente utilizadas, e na época foi  
proposto várias ações para resolver aquela questão da enchente no Galo Branco e de todas elas a única que foi  
realizada é a que retem menos, são muito caro, não pode se falar que a retenção não funciona, ela funciona, mas o  
problema é quando vai impermeabilizar não resolve e o período de retorno isso realmente demora e uma coisa que  
precisa constar que precisa ter as retenções porque ela funciona sim e em alguns casos críticos como no caso a  
295 bacia do Galo Branco só que está toda impermeabilizada, mas tudo que puder ser realizado ali faz com período de  
retorno de 1.000 anos, mas acontece que um só não resolve, mas não podemos falar que a retenção não ajuda,  
então como esse caso do Zanetti que tem área e uma bacia muito grande, o que me assusta um pouco lá é por ser  
rocha, porque tanques de detenção, eles precisam ser perfurados na maioria das vezes, então precisa sim ter um  
estudo de detenção porque a única forma é segurar a água, para aumentar o tempo de concentração da bacia, não  
300 dá para fazer em áreas que já foram impermeabilizadas, como vamos derrubar as casas, é um sistema que funciona  
sim, deve incluir a análise de jusante e o representante da S.O.S. Sapucaí Mirim mencionou que não discordou de  
seu posicionamento. O presidente colocou esta proposta em discussão com o ajuste do parecer e não havendo  
considerações, submeteu a minuta de deliberação à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **5. Assuntos  
diversos:** A vice-presidente sobre o evento que será realizado na data de amanhã dia: 29/08/2024 em parceria com  
305 a UNI-FACEF que é uma Feira de Ciências 2024 promovida pela Diretoria de Ensino Regional de Franca, que  
engloba várias escolas estaduais da região, será realizado então nos períodos: manhã, tarde e noite e nós da Câmara  
Técnica de Educação Ambiental e Comunicação estaremos lá presente representando o comitê, tentando fazer um  
contato com os professores das diversas escolas, até mesmo com aquele intuito, aquele objetivo de mostrar mais a  
cara do comitê para a sociedade e também já considerando os projetos futuros de divulgação do Plano Diretor de



**Comitê da Bacia Hidrográfica Sapucaí Mirim e Grande**

Secretaria Executiva Avenida Dr. Flávio Rocha, 4.551 – Vila Exposição

CEP 14.405-600 – Franca – SP      Tel: (16) 3721-8091      e-mail: [secretaria@cbhsmg.com](mailto:secretaria@cbhsmg.com)

**3ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na modalidade não presencial conforme Del.CRH Ad. Referendum N° 236 de 18/05/20.**

315 Educação Ambiental que vamos realizar junto as escolas que é um projeto do FEHIDRO que será executado no próximo ano. O presidente agradeceu a todos os membros. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e não havendo manifestações, encerrou a 3ª Reunião Plenária Extraordinária, da qual a Secretária Executiva do CBH-SMG, lavrou a presente Ata, ressaltando que a gravação em vídeo da 3ª Reunião Plenária Extraordinária, se encontra arquivada na sede da secretaria executiva do CBH-SMG, e faz parte integrante deste documento. Franca, 28 de agosto de 2024.

**RICARDO DA SILVA SOBRINHO**  
Presidente do CBH-SMG

**VIVIANE DE SOUSA PERES**  
Secretária Executiva do CBH-SMG

**JORGE AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS**  
Secretário Executivo Adjunto do CBH-SMG

